



## Organização das Nações Unidas<sup>1</sup> (1945-1995)

Therezinha de Castro\*

*O artigo apresenta uma radiografia da cinquentenária Organização das Nações Unidas, dos seus propósitos, realidades e desafios.*

**E**ntende-se por organização internacional a reunião de pessoas, representando em geral Estados, exercendo, de modo regular e estável, funções de interesse mundial, podendo assim ser definida a ONU, sigla da Organização das Nações Unidas, a instituição base no sistema estrutural do século XX no âmbito das Relações Internacionais.

Fazendo as vezes da Liga das Nações, a ONU se propôs a substituir, nos encontros internacionais, os pactos, congressos, conferências etc., sem, no entanto, anulá-los.

Com a intensificação das Relações Internacionais imposta pelo crescimento do

número de Estados e, conseqüente, da heterogeneidade no jogo de xadrez mundial, fez-se necessária a criação de um condomínio político, imprescindível ante a derrocada do colonialismo e surgimento de países sem serem nações, caracterizados obviamente como Estados fracos afeitos a um neocolonialismo, gerando problemas não só políticos como econômicos e sociais. Justifica, tudo isso, a multiplicidade de competências atribuídas a ONU.

Embora visando aos mesmos objetivos, porém num cenário geopolítico diferente, a Liga das Nações diverge da ONU em gênero e número. Nascida na Conferência de Paz de 28 de abril de 1919, integravam, originalmente, a Liga das Nações, os Estados aliados vencedores da Primeira Guerra Mundial, sendo, porém, como na ONU, permitida a ad-

\* Conferencista de Geopolítica na ECEME e na ECEMAR.

1. Selecionado pelo PADECEME.

missão de outros países, desde que devidamente aprovada pelo voto de 2/3 da Assembleia Geral. Por isso, às potências da época — Inglaterra, França e Itália e, no Oriente, o Japão, vieram se juntar à Alemanha (1926) e, quase no final, à União Soviética (1934).

A Liga das Nações nasceu com base em projeto dos Estados Unidos e, apesar de fruto do idealismo teórico do Presidente Woodrow Wilson, jamais contou com a participação do país que ele governou. Concluiu-se, então, que essa organização foi, na prática, uma aliança bem mais continentalista, num projeto de organização européia em bases inteiramente regionais. Era, em conjunto, uma “Liga de Governos”, aceitando certa limitação de seus direitos soberanos em troca de paz assegurada, sem acatar a instituição de um governo internacional.

Assim, a Liga das Nações seria dominada pela Europa, ainda centro das decisões geopolíticas mundiais. Essa mesma Europa que iria se desentender ante o confronto de Estados capitalistas liberais (França e Inglaterra) de um lado, ficando do outro tanto os totalitaristas de direita (Itália e Alemanha) quanto o de esquerda (União Soviética).

Mais teórica do que prática estava a Liga das Nações fadada à falência, incompetente para resolver conflitos, sem neles poder ao menos intervir, por não contar com uma força armada internacional. Sucumbiria a Liga das Nações ante o prenúncio da Segunda Guerra Mundial, muito embora sua dissolução jurídica só tenha ocorrido na Reunião de Genebra (8 a 18 de abril de 1946), a fim de que seus bens fossem transferidos para a ONU.

Patenteava-se, porém, o fator positivo da Liga das Nações, implantando a idéia de que o convívio entre Estados seria, doravante,

internacional. E essa vocação universalista seria a preocupação máxima dos Aliados, ainda no transcurso da Segunda Guerra Mundial.

## ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Com base na Declaração das Nações Unidas, de 1º de janeiro de 1942, quando 26 representantes se comprometiam a combater o Eixo, lançavam-se as bases de uma organização internacional que o Presidente Franklin Delano Roosevelt batizava como Nações Unidas.

Mas seria somente a 30 de outubro de 1945, na Declaração de Moscou, que surgia o projeto de criação da ONU, expressamente formulado pelos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. Eram os então membros de uma multipolaridade que, em fase de transição para nova bipolaridade, concordavam sobre *“a necessidade de se estabelecer, assim que possível, uma organização internacional fundamentada no princípio de igualdade soberana de todos os Estados pacíficos, da qual poderiam fazer parte grandes e pequenas nações, a fim de assegurar a manutenção da paz e da segurança internacionais”*.

Em prosseguimento, de agosto a outubro de 1944, em Dumbarton Oaks, através de propostas de representantes dos Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e China, eram fixadas as bases para a elaboração da Carta das Nações Unidas.

Já com várias adesões, entre as quais a do Brasil, representantes de 50 nações<sup>2</sup> na Conferência sobre a Organização Internacional, reunida em San Francisco (25 de abril a 26 de junho de 1945) ratificam a Carta.

2. Embora não representada na Conferência de S. Francisco, a Polônia foi dos primeiros países a ratificar a

Carta, sendo, por isso, considerada como membro fundador.

Como a maioria só retificaria o documento a 24 de outubro, comemorava-se nessa data, universalmente, o Dia das Nações Unidas.

Expressava, na época, o preâmbulo da Carta, abaixo reproduzido, os ideais e propósitos comuns dos povos, cujos governos se uniam para criar as Nações Unidas.

*“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos:*

- *“a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço de nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a afirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos;*

- *“a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla, e, para tais fins, praticar a tolerância de viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não seja usada a não ser no interesse comum;*

- *“a empregar um mecanismo internacional para formar o progresso econômico e social de todos os povos.*

*Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desse objetivo.”*

A ONU, através desse preâmbulo se propunha a ser um centro destinado a harmoni-

zar a ação dos povos na consecução de objetivos comuns, a saber: manutenção da paz e segurança; desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; cooperação internacional para resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, dentro dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Passaram a se chamar de membros-fundadores os países que haviam tomado parte na Conferência de San Francisco, ficando porém implícito o direito de tornar-se membro das Nações Unidas todos os Estados amantes da paz que aceitassem os compromissos da Carta e que, a critério da Organização, se mostrassem aptas e dispostas ao cumprimento das obrigações. Podem os membros, indistintamente, serem expulsos ou terem seus direitos suspensos, por decisão da Assembléia Geral à recomendação do Conselho de Segurança. Sem nenhuma exclusão, foi sempre num crescer o número de adesões, chegando, no ano em que completava seu meio século de existência (1995), a 185 nações.<sup>3</sup>

Tornaram-se idiomas oficiais o inglês, português, russo, chinês e espanhol, enquanto as línguas de trabalho passaram a ser o inglês e o francês.

Com sede universal em Nova York, a ONU é formada por seis órgãos principais: Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça, e Secretariado, devidamente enumerados pelo Artigo 7º da Carta, tendo nos subseqüentes regulamentados suas funções (Anexo 1).

Órgão mais central e centralizador de toda a Organização, a Assembléia Geral é constituída por todos os Estados membros não podendo ter cada um mais do que cinco re-

3. Devendo-se ressaltar que, avessa a organizações internacionais, a Suíça não integra a ONU.

representantes e direito a apenas um voto (Anexo 2).

Reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária, que começa numa terça-feira do mês de setembro. O discurso inicial, desde a fundação da ONU, vem sendo feito pelo representante do Brasil, o que já se tornou tradição.

A Assembléia Geral se encontra, via de regra, a cargo de técnicos e diplomatas, pois, com o alargamento dos debates, são efetivamente impedidos de participar os chefes de Estado. Funciona em sessões ordinárias ou extraordinárias no plenário ou em Comissões e Tribunal Administrativo (Anexo 1)

Já o Conselho de Segurança está organizado para exercer permanentemente as suas funções, exigindo assim, que um representante de cada um dos seus membros esteja sempre presente. A presidência é entregue, de maneira rotativa, durante um mês a cada um dos 15 integrantes (5 membros permanentes e 10 não permanentes) segundo escolha que segue a ordem alfabética dos países a que pertencem, em inglês.

Os 10 membros não permanentes, dentre os quais está o Brasil, são escolhidos entre os países integrantes da ONU por sistema de rotatividade, com mandato de dois anos. São indicados segundo o seguinte critério: cinco da África e da Ásia, dois da América Latina, um da Europa Oriental e dois da Ocidental.

Aí se encontra o poder de veto atribuído a um dos cinco membros permanentes, subtraindo da ONU o ideal de universalidade a que se propunha, para transformá-la num instrumento de ação dos Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China.<sup>4</sup>

Como entre suas funções e atribuições estão a de empreender ações militares contra um agressor, tem a ele afeitos: a Força de Operações, o Comitê de Estado-Maior, a Agência Internacional de Energia Atômica e, ainda, a Comissão de Desarmamento, que deve formular planos para um sistema que regulamente atividades bélicas.

O Conselho Econômico e Social vem relegando sempre para compô-lo além de outros Estados membros, os "Cinco Grandes" do Conselho de Segurança, também. Funciona através de Comissões e Comitês, de acordo com o Artigo 55 da Carta, a fim de promover: níveis mais altos de vida; pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; a solução para os problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e correlatos; a cooperação internacional, cultural e educacional; o respeito e a observância universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua e religião.

No contexto da ajuda especial, destaca-se a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), com semi-autonomia e a finalidade de concorrer para melhorar as condições de vida da infância e juventude. Distinguida, em 1965, com o Prêmio Nobel da Paz, sua principal fonte de recursos provém de contribuições governamentais voluntárias, donativos e a receita oriunda da venda de cartões de natal.

Tem igualmente destaque o Alto Comissariado para Refugiados, para: proteger os que tiveram que deixar seu país ou residência habitual por motivos políticos;

buscando o seu reconhecimento como nação na ONU — com o que não concorda a China Continental que trata a ilha como uma de suas Províncias; enquanto Taiwan cita para sua admissão os antecedentes das duas Coreias e duas Alemanhas, esta última hoje unificada.

4. Trata-se da China Continental que retirou, em 1971, o assento até então pertencente a Taiwan ou Formosa. Essa ilha secessionista, hoje próspera como um dos "Tigres Asiáticos", não pretende se manter encurralada,

prestar auxílio aos Governos, quando solicitarem solução para refugiados aos quais concederam ajuda. Em 1955, obteve o Prêmio Nobel da Paz, pela ação junto a mais de um milhão de árabes da Palestina, que tiveram que sair da região em decorrência do conflito com Israel, em 1949.<sup>5</sup>

No setor das Comissões Funcionais destaca-se a dos Direitos Humanos, nascida, a 10 de dezembro de 1948, da Declaração Universal aprovada pela ONU, que consta de 30 artigos, compreendendo direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais. Deriva, daí, a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher (julho de 1954), bem como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (dezembro de 1965).

O advento de uma série de nações independentes que ocorria após a Segunda Guerra Mundial daria destaque ao Conselho de Tutela. Coube a este fixar metas e estabelecer padrões capazes de acelerar a consecução de independências. Tudo decorrendo dos amplos princípios enunciados na Carta, proclamando direitos iguais para todos os povos, inclusive a autodeterminação, e apoiando-se em três capítulos específicos (XI, XII e XIII), que tratam de interesses dos povos independentes.

A Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais foi

aprovada pela Assembléia Geral em 14 de dezembro de 1960. Afirma, essa Declaração, textualmente, que “*a sujeição de povos ao jugo, domínio e exploração estrangeiros representa uma negação aos direitos humanos fundamentais, é contrária aos preceitos da Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundiais*”, conseqüentemente, continua “*nos territórios sob tutela e nos territórios não autônomos, bem como em todos os demais territórios que ainda não alcançaram a independência serão adotadas medidas destinadas a transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem quaisquer condição ou ressalvas, de acordo com a vontade e desejo livremente expressos e sem distinção de raça, credo ou cor, de maneira a poderem usufruir a independência e liberdade completas*”. O Artigo 1º da Carta da ONU destaca como um dos propósitos, o ajuste e a solução das controvérsias internacionais por meios pacíficos e em consonância com os princípios da justiça e do direito. Assim, por força do Artigo 13, cabe à Assembléia Geral incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação. Entre os métodos de solução pacífica destaca a arbitragem e solução judiciária, donde a importância da *Corte Internacional de Justiça*, com suas atividades iniciadas em Haia no ano de 1946. (Anexo 1).

5. O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) que se supunha teria duração efêmera de uns três anos apenas, vem sendo renovado. Isso porque os conflitos surgidos após o término da “Guerra Fria” vêm se multiplicando dentro das fronteiras nacionais. O financiamento para as missões desse Órgão é bastante complicado — angariado, via de regra através de doações para causas específicas, feitas pelos governos dos Estados Unidos, Japão e União Européia. Esses países, ou “Estados Diretores”, localizados no Hemisfério Norte, agem bem mais em seus próprios benefícios, para evitar serem invadidos por refugiados do Hemisfério Sul,

os já classificados por Rufin, como os “novos bárbaros”. Assim o sistema de financiamento obriga o ACNUR a ser refém da mídia. Só quando os meios de comunicação fazem grande cobertura de determinada catástrofe os citados governos se sentem pressionados a contribuir. Ou então quando o problema lhes afeta mais diretamente. Um dos motivos para a lentidão da resposta ao apelo do Secretário Geral da ONU, Boutros Ghali para uma ajuda de emergência de US\$ 400 milhões no caso de Ruanda, foi que os meios de comunicação nos Estados Unidos estavam mais absorvidos com a situação do Haiti, com refugiados desembarcando no país para fugir da ditadura implantada na ilha.

O Secretariado é exercido por um Secretário Geral nomeado pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Segurança, com funções precípuas de: servir como principal funcionário administrativo da ONU; chamar a atenção do Conselho de Segurança para assunto que, a seu critério, possa comprometer a paz e a segurança internacionais; apresentar um relatório anual, ou quaisquer complementares que se façam necessários sobre trabalhos da ONU, à Assembléia Geral. (Anexos 1 e 2).

Do exposto, em linhas bem gerais, observamos que a ONU tem complicada infraestrutura, com entidades especializadas surgidas em virtude de acordos intergovernamentais, com responsabilidades nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e outros correlatos. Os acordos que regulamentam sua filiação às Nações Unidas são negociados, com as respectivas entidades, por um Comitê Permanente do Conselho Econômico e Social. Entre as várias entidades especializadas destacamos:

- a Organização Internacional do Trabalho ou OIT, que data de 11 de abril de 1919, quando seus estatutos foram aprovados pelo Tratado de Versalhes (Parte XIII), sendo, em 1946, a primeira entidade especializada a filiar-se à ONU. Com sede em Genebra, a OIT representando Governos, empregadores e empregados recomenda padrões internacionais mínimos sobre salários, hora de trabalho, idade mínima para emprego, condições de trabalho, férias, previdência social, prevenção de acidentes, liberdade de associação etc.;

- a Organização de Agricultura e Alimentação ou FAO (*Food and Agriculture Organization*) foi a primeira entidade intergovernamental criada após a Segunda Guerra Mundial, a 16 de outubro de 1945 quando os estatutos que a regem foram assinados em Quebec;

- com sede em Roma, nasceu da esperança expressa na Carta do Atlântico de ver estabelecida uma paz capaz de proporcionar aos habitantes da Terra a certeza de viverem livres da penúria.<sup>6</sup> São assim propósitos da FAO: melhorar os padrões de alimentação e condições de vida, assegurar melhor eficiência na produção e distribuição de alimentos, dos produtos agropecuários, florestais e de pesca; melhorar as condições de vida das populações rurais, contribuindo para a expansão da economia mundial. Sua missão se limita, praticamente, a coligir informações básicas, pois não tem verbas. Quando presidente da FAO, o brasileiro Josué de Castro escreveu dois livros: *Geografia da Fome e Geopolítica da Fome*;

- mais conhecida pela sigla inglesa UNESCO (*United Nation Educational Scientific and Cultural Organization*), foi a entidade criada em 4 de novembro de 1946 com sede em Paris. Tão quase utópica quanto a FAO, tem por finalidade facilitar o acesso de todos à educação e cultura, minimizando o analfabetismo no mundo.

Siglas bastante conhecidas como: BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), com sede em Washington; FMI (Fundo Monetário Inter-

6. A taxa de crescimento da população mundial atingiu um ritmo tal que ignora fatores como guerras, fome, doenças e até os avanços da ciência no campo dos métodos de controle da natalidade. As estatísticas da ONU mostram que a Terra precisou de 2 a 5 milhões de anos para chegar ao seu primeiro bilhão, o que ocorreu em

1880. Para o segundo bilhão em 1930, foram necessários apenas 130 anos; passados 30 anos já eram 3 bilhões... em menos de 15 anos atingíamos o 4º bilhão... no ano 2000 teremos ultrapassado a barreira dos 6 bilhões. O "crescimento zero", ou seja, o equilíbrio da população entre nascimentos e mortes será no ano 2040 quando seremos 8 bilhões de pessoas.



nacional),<sup>7</sup> sediado em Washington e GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*),<sup>8</sup> instalado em Genebra, se unem a outras tantas mostrando uma ONU eivada de boas intenções, mas obstada por numerosos órgãos burocratizados, instalados no hemisfério norte. No entanto, é considerada um mal necessário que, para ser definida, levou o russo Jacob Malik a caracterizá-la contando a seguinte anedota:

*Adão tentava beijar Eva e esta procurava livrar-se do assédio. Decorrido algum tempo, Adão ponderou: "Por que me evitas, será que podes arranjar mais alguém por aqui?"*

***"Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul."***

Completando, em 1955, seu cinquentenário em grandes dificuldades financeiras, além das 17 agências especializadas, conta com 14 mil funcionários, dentre os quais 200 intérpretes no quadro permanente para as traduções simultâneas de 6 línguas — inglês, francês, espanhol, árabe, russo e chinês.

## CARACTERIZAÇÃO

Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul. Com as sedes de todos seus organismos em países do hemisfé-

rio norte, em países ligados ao Primeiro Mundo, ou Ocidental, para dar-lhes o cunho internacionalista suas direções eram, por vezes, entregues a representantes terceiro-mundistas, manobrados quase sempre pelo Kremlin, liderando o Segundo Mundo, ou Oriental.

A ONU era criada quando se impunha a nova bipolaridade exercida pelos Estados

Unidos e União Soviética. No entanto, os Estados Unidos passaram a ser o principal financiador do órgão, pagando a quarta parte de seu custo total, em taxas ou contribuições voluntárias — e pode-

ria ter sido, nesses primórdios, bem maior a dotação, não houvesse o Regulamento impedindo que um só país contribuísse com mais de 25% do orçamento geral. Por sua vez, a URSS que contava com duas de suas Repúblicas, a Bielorrússia (atual Bielarus) e a Ucrânia, na ONU, como Estados/membros, além de controlar, por isso, 3 votos na Assembleia Geral, contribuíam, juntos, com pouco mais da metade estadunidense.<sup>9</sup>

No seu período áureo, em face da fórmula de o pagamento ser baseada na situação financeira do país, mais de 3/4 partes dos gastos eram financiados por 9 países do Primeiro Mundo, ou Bloco Ocidental, notando-se que, dentre eles, o Japão, a Alemanha (Occidental), a Itália e o Canadá não tinham, nem

7. O FMI e o Banco Mundial começaram a operar em 1947, respectivamente, com 45 e 39 membros, nenhum representando os interesses do Terceiro Mundo. A atual participação formal dos países emergentes não conseguiu mudar-lhes o caráter de instituições monetárias de cúpula de uma oligarquia internacional. Assim, nem no espírito nem na estrutura são os dois órgãos capazes de refletir os interesses da maioria.

8. Seu nome atual é Organização Mundial do Comércio (OMC).

9. Situação hoje bem diferente, pois tanto Estados Unidos quanto a Rússia estão em débito com a ONU que, burocratizada em excesso, entrando no seu meio século, consta não contar com tanto dinheiro, nem disposição para enfrentar os desafios, precisando pois ser reinventada.

têm sequer, o direito de veto no Conselho de Segurança, concluindo-se que, durante o existir da ONU, o Primeiro Mundo ou Bloco Capitalista pagava para ser atacado — atacado por uma Organização que se tornou, aos poucos, a plêiade de Estados novos, muitos dos quais inviáveis.

Tanto terceiromundista quanto países atrelados ao Kremlim, por pertencerem ao Segundo Mundo ou Bloco Comunista, eram manobrados com base no vade-mécum publicitário em que se transformara a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” assinada em 10 de dezembro de 1948. Transformou-se, esse vade-mécum, no ponto de honra em nome do qual se falava para denunciar, denegrir e desacreditar o poder estabelecido, sobretudo quando de direita, para dar lugar a esquerda.

Pelo dinamismo de ação da ONU, com a cumplicidade do Conselho de Tutela, o mundo povoou-se de grande número de microestados, ou países que não eram nações, em face do tribalismo, que passaram a deter grande número de votos.

Em conseqüência, a tribuna da ONU passava a ser utilizada através das antíteses da lista de direitos e valores universais, tais como a miséria, o medo, o sofrimento, o aniquilamento e o massacre, pela escravidão, na opressão e arbitrariedade, pela injustiça, em face do desprezo aos direitos sagrados, da exploração do homem pelo homem, do abuso do poder e da confiança, dos interesses pessoais e das desigualdades e, finalmente, pela desumanidade representada pelas torturas e pela indiferença pelos valores humanos, valores esses na qualidade do contrapoder, agindo em nome do “poder negro”, “poder indígena” etc, antítese da lista dos direitos e valores universais que se ressaltava na ONU, sempre que desrespeitado, sobretu-

do pelo mundo ocidental, pois quase nada de tudo isso que ocorria no lado ocidental chegava até aquele Órgão internacional.

Esse mundo tanto inviável quanto heterogêneo de “Estados-clientela” da ONU foi assumindo indiretamente o seu controle. Daí a ONU haver sido transformada numa espécie de tablado do qual se destilavam frustrações, aspirações, simpatias e ódios, conseguindo, por vezes, mobilizar a opinião mundial.

Mas, mesmo assim a ONU vinha sendo um mal necessário, da qual os Estados Unidos passou a se retirar de modo sutil, e pelas bordas, contra o núcleo central propriamente dito, servindo de exemplo a sua retirada da OIT, em 1971, seguida da UNESCO.

Em 1985, a ONU, já bastante combalida, comemorava seu 40º aniversário com o sugestivo lema: “Por um Mundo Melhor”. Nesse “mundo melhor” desejado, o quadro sócio-econômico global é sombrio. O Eixo Leste/Oeste se desfez. Terminou a bipolaridade Estados Unidos/URSS. Entra-se na fase transitória da multipolaridade, com a formação de Eixos Norte/Sul manobrados por três “Estados Diretores”: Estados Unidos, Alemanha e Japão. E, nessa configuração de espaços vitais, o “Norte” industrializado, detentor da tecnologia, procura se valer do “Sul” subdesenvolvido ou em desenvolvimento, interceptando-lhe os passos dentro do novo sistema — o neocolonialismo. Assim sendo, a ONU constituiu-se, na prática, num simples reflexo do mundo de hoje, mas não de um mundo melhor.

As inúmeras crises que se sucedem mostram as graves deficiências em que se encontra a ONU para resolvê-las. O Conselho de Segurança só age quando o conflito já começou, transformando os capacetes azuis em meros observadores, que, mesmo assim se



mantêm em 16 operações (Anexo 4). Por outro lado, a intervenção só se faz, ou se fez, quando em jogo os interesses particulares das potências que manobram com o seu veto o Conselho de Segurança. Por isso, manteve-se à margem, quando a antiga URSS invadiu a Hungria e a Tchecoslováquia, quando os Estados Unidos guerrearam o Vietnam, quando a Inglaterra defendeu seus interesses nas Malvinas, e quando a França atuou na guerra de independência da Argélia, fatos esses exemplificando o que se qualificou de “falso internacionalismo”. Deve-se ressaltar que, a partir de 1991, com o término da “Guerra Fria”, aumentou a ação dos *capacetes azuis*, ante o constante crescer de conflitos internacionais.

Dispende a ONU, por ano, cerca de 3 bilhões de dólares na manutenção das “Forças de Paz”; realizou, desde 1948, 38 operações, com a participação de 750 mil pessoas, tendo, em 1988 obtido o Prêmio Nobel. No entanto, a não resolução dos problemas recentes oriundos na Iugoslávia, Somália e Ruanda, vem mostrando que essas Forças, além de não conseguirem manter a paz, são também vulneráveis quanto a sua própria proteção.

## ATUAÇÃO BRASILEIRA

Membro fundador da ONU, admitido em 24 de outubro de 1945, teve o Brasil papel efetivo, desde seus primórdios, com destaque para Oswaldo Aranha, nosso Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944.

Além de participarmos na elaboração dos 111 artigos da *Carta* e dos 70 artigos do *Estatuto da Corte Internacional de Justiça*, trabalhamos para a codificação progres-

siva das normas e princípios do Direito Internacional.

Como contributo à paz internacional, foi o Brasil autor e negociador das resoluções sobre a questão cipriota, incluída na Agenda da ONU em 1955.

O tribalismo travestido de nacionalismo exarcebado, tumultuaria a vida do Congo Belga, que passava a se chamar Zaire, independente em 1960. Com as guerras civis causadas pelo separatismo de Kassai e Katanga, interveio a ONU enviando a Força de Emergência dos *capacetes azuis*, criada em 1956. Dessa Força faria parte um contingente brasileiro.

A crise de Suez (1956), que originou a Força de Emergência, também contaria com tropas brasileiras. Nosso “Batalhão Suez” ajudou, ao lado de outras tropas, a manter, entre árabes e israelenses, uma trégua de 9 anos.

Vários oficiais brasileiros comandaram Forças de Emergência no Oriente Médio, e, quando eclodiu, em 1967, a Guerra Israel/RAU, a República Árabe Unida surgida da união Egito/Síria, foi intensa nossa atuação, tanto na V Assembléia de Emergência quanto no Conselho de Segurança, para pôr fim a luta no Sinai.

Essa atuação, em 1995, ano do cinquentenário da ONU, nos levou, como Observadores, até a Bósnia e a mandar um contingente para pacificar Angola em guerras civis desde sua independência, em 1974.

Em setembro de 1995, no discurso com que o Brasil há 50 anos abre, tradicionalmente, os debates na Assembléia Geral, o Chanceler Luiz Felipe Lampreia, sem mencionar diretamente a China e a França, criticou “*alguns países que insistem em testar seu arsenal nuclear em vez de ajudar a comunidade internacional a reforçar os mecanismos coletivos de segurança*”.

O término da “Guerra Fria” e o fim da bipolaridade Estados Unidos/URSS mudaram a face do mundo. Afirmou, então, Lampreia que o surgimento de novas potências econômicas e de certo número de países em desenvolvimento com projeção global mudou de maneira significativa a dinâmica da política mundial. O argumento do nosso representante para que outros países sejam incluídos no clube fechado dos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança é que outros atores também dominam agora o cenário internacional e que, portanto, devem se fazer presentes nesse núcleo radical dos membros permanentes para que a composição seja equilibrada e reflita melhor a diversidade das posições mundiais. Segundo Lampreia, o aumento qualitativo dos membros permanentes, bem como a ampliação dos não-permanentes (atualmente dez) dará, ao Conselho de Segurança, mais autoridade e eficácia, para cumprir suas responsabilidades crescentes. A atual estrutura do Conselho de Segurança já não reflete mais a realidade internacional.

## CONCLUSÃO

Os Estados Unidos, representado pelo Secretário de Estado Warren Christopher, defendeu reformas para tornar a ONU mais ágil burocraticamente, mais clara em suas

*“A atual estrutura do Conselho de Segurança já não reflete mais a realidade internacional.”*

responsabilidades e mais eficaz no uso de seus recursos financeiros. Ante a crescente hostilidade dos Republicanos do Congresso à ONU, advertiu que seria irresponsabilidade dar as costas a uma Organização que ajuda ainda a mobilizar o apoio de outros países para objetivos afinados com os interesses internacionais.

Sendo o 15º orador inscrito para discursar na cerimônia comemorativa dos 50 anos da ONU, o Presidente do Brasil, Fernando

Henrique Cardoso foi breve e conclamou os países em débito a atualizarem suas respectivas contribuições. Entre os inadimplentes, os Estados Unidos

(US\$ 1,4 bilhão) e a Rússia (US\$ 591 milhões) ocupam os dois primeiros lugares; incluindo-se ainda no grupo a França (US\$ 101 milhões) e Inglaterra (US\$ 85 milhões), todos com poder de veto no Conselho de Segurança, como também o Japão (US\$ 197 milhões) e a Itália (US\$ 92 milhões) do G-7, o grupo dos países mais ricos do mundo.

O melhor argumento contra a retração é uma grande reforma<sup>10</sup> e, nesse caso, disse Christopher que a ONU deve se dedicar menos à solução de conflitos armados e mais à luta contra a proliferação nuclear, o terrorismo, o crime organizado, o narcotráfico e as agressões ao meio ambiente. Assim, os Estados Unidos decidiram cortar a sua contribuição financeira às operações de paz que mobilizam atualmente 70.000 pessoas.

Ancorada nas margens do East River, em Nova York, a gigantesca burocracia vigente

10. Começando por eliminar organismos que já tenham cumprido sua função e de uma moratória de conferências internacionais. A crise financeira assim o exige pois

é o maior problema em seu cinquentenário. Os Estados Unidos são responsáveis por 1/3 dos US\$ 3,4 bilhões que países-membros devem.

nessa “Fortaleza de Vidro”, faz com que a ONU enfrente agitadas discussões, sobretudo para a ampliação de seu Conselho de Segurança. As 185 nações que compõem a Organização não chegaram ainda a acordos definitivos para efetuar as mudanças necessárias. Há cinco grupos trabalhando para decidir se o Conselho de Segurança deve ser expandido, como a burocracia deve ser limitada, como as finanças devem ser reestruturadas e como serão organizadas as agendas para a paz e o desenvolvimento.

O fato é que o Brasil, membro fundador, que lutou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, quer um assento permanente no Conselho de Segurança; enquanto jogam pesado duas nações do “Norte” — a Alemanha e o Japão, vencidas no conflito, mas hoje na categoria de “Estados Diretores”, na multipolaridade dos Eixos Norte/Sul. Por sua vez, a Itália, que também se posicionou contra os vencedores da Segunda Guerra Mundial, tem proposta para manter o número dos permanentes e dobrar de dez para vinte os membros rotativos.

Repete-se na ONU um fato que ocorreu na Liga das Nações. O Conselho da Liga era constituído por 5 membros permanentes (Inglaterra, França, Itália, Japão e Estados Unidos) e 4 temporários classificados como potências de interesses limitados (Brasil, Grécia,<sup>11</sup> Bélgica e Espanha). Em 1923, pensava-se na Liga em se substituir alguns membros temporários, sendo o Brasil um dos países especialmente visados. Assim, em 1924, a Alemanha se dirigia às chancelarias dos países-membros da Liga, consultando-os sobre sua possível admissão no Órgão; condicionava, porém, sua entrada à certeza

antecipada de um posto permanente no Conselho.

O Brasil defendia sua admissão como membro permanente, na qualidade de representante do continente americano, mesmo sabendo que não contaria com a solidariedade da América Latina, cuja maioria era favorável à rotatividade no Conselho.

A França, não vendo com bons olhos a admissão da Alemanha como membro permanente, passaria a apoiar a Polônia, hostil ao Reich, por possuir em seu território minorias alemãs. A Inglaterra, dividindo forças era favorável à Alemanha, para contrabalançar a influência francesa.

Nessa situação, as instruções do Governo brasileiro eram de vetar a admissão da Alemanha e impossibilitar sua entrada como membro permanente, caso não fôssemos, também, contemplados com um posto idêntico. Perderíamos a questão. E, assim, na sessão do Conselho de 10 de junho de 1926, Afrânio de Mello Franco, nosso representante, comunicava oficialmente, em Genebra, que o Brasil se retirava da Liga das Nações. Era o primeiro país a fazê-lo.

Em 1934, a Alemanha nazista abandonava o Órgão, no momento em que a Rússia entrava. Sairiam, em seguida, a Itália e o Japão. A 14 de dezembro de 1939, quando já havia estourado a Segunda Guerra Mundial, a Rússia era expulsa da Liga, por haver invadido a Finlândia. E... por estranha coincidência seria esta a última sessão da Liga das Nações.

Tudo indica, pois, que a ONU deve se preparar para um mundo bem diferente do que viveu quando da bipolaridade da “Guerra Fria”. Quando nasceu, congregava ape-

11. Substituída em 1921 pela China. Em 1926 esse número foi elevado para seis, entrando a Suécia e o

Uruguai. Envolvendo-se em guerra civil, a China seria em 1923 substituída pela Tchecoslováquia.

nas 1/3 dos países que hoje congrega. E, países, que até então não representavam papel destacado em sua agenda, hoje, como o Brasil, entraram na fase do desenvolvimento e, egressos de um Terceiro Mundo heterogêneo, são nações ditas “perturbadoras” que buscam, de um “segundo nível”, alcançar o primeiro. E, nessas condições, se são consideradas como indispensáveis as presenças do Japão e Alemanha como membros permanentes do Conselho de Segurança, é igualmente justa a inclusão entre eles do Brasil que, além da sua, defende também a entrada da Índia e da África do Sul.

Dentro do contexto de uma “Nova Ordem Mundial”, quando na multipolaridade se impõe blocos em Eixos Norte/Sul, a ONU necessita de reformas estruturais e rever o seu conceito de desenvolvimento dessa nova estruturação de nações, que não figurava em sua agenda. E, assim, entrar com passos bem mais firmes no mundo do Terceiro Milênio, no qual os países emergentes, deixando de fazer parte do problema, são agora parte da solução.

O fato é, que, preocupada com a reconstrução dos países arrasados pela Segunda Guerra Mundial, e em preparar as ainda colônias para alcançar a autonomia, não previa a ONU ter que enfrentar conflitos internos, conflitos que surgiriam em Estados nascidos em processos de falência como meros “expedientes da História”, entre os quais, para citar alguns exemplos, a Iugoslávia, a Somália e Ruanda-Burundi.

Por outro lado, sem prever a explosão demográfica e o maior desenvolvimento no Hemisfério Norte chocando-se com o subdesenvolvimento do Hemisfério Sul, não se preparou para inesperado movimento migratório, que Jean Cristophe Rufin classifica como

a “invasão de novos bárbaros”, a Carta da ONU é omissa como saber lidar com essas ameaças à segurança.

Os atentados transformaram a França num campo-de-batalha, onde o islamismo já é a segunda religião e os mulás, pregadores radicais, dão todo o apoio aos *boeurs*, filhos de imigrantes, via de regra argelinos, transformando-os em autênticos “Soldados de Alá”. Estes, doutrinados por agentes iranianos ou do GIA (Grupo Islâmico Armado), passam a odiar a França e os franceses e, sem futuro, pouco lhes vale a vida. Habitam em subúrbios de Paris, Lyon ou Marselha, quase todos com a mesma paisagem — à beira de estradas movimentadas, em prédios de 15 andares padronizados, de cor cinza, construídos com material barato apelidados de *zone*.

***“Apesar de todos os entraves, é fato que será muito difícil a um mundo tão interdependente, com 3,3 bilhões de pessoas, se entender sem essa organização global.”***

Nos Estados Unidos a presença desses “novos bárbaros” é notada sobretudo em Miami e Los Angeles, que, perdem gradualmente, sua identidade nacional, passando a falar o espanhol, face a presença maciça de

latino-americanos. Estão também presentes em Nova York, transformado-a numa “babel”, por atrair deserdados do “Sul”, sobretudo onde os Estados Unidos se fizeram presentes em guerras, Coréia e Vietnam e, até mesmo, antagonistas chineses do regime estabelecido no país.

Segundo o Serviço de Imigração, vivem nos Estados Unidos cerca de 26 milhões de latinos e, embora haja entre eles brasileiros, são todos considerados hispânicos. Por isso, os Estados Unidos são hoje o 5º país de língua espanhola e, no ano de 2025 se continuado esse embate dos “novos bárbaros”, terão superado a própria Argentina e Colômbia, como o 2º país de língua espanhola depois do

México. Além dos cubanos e portorriquenhos, são conhecidos por apelidos no lugar de suas nacionalidades: argentinos (portenhos), bolivianos (fosforitos), costarriquenhos (ticos), quatemaltecos (chapines), nicaraguenses (nicas) e mexicanos (chicanos).

Conclui-se que, bastante paralizada por grupos de confronto na "Guerra Fria", a ONU não está no seu cinquentenário preparada para assumir novos problemas e, nem mesmo cogitou da crise econômica mundial, fruto do desenvolvimento acelerado da tecnologia, através do qual fábricas protótipo suprimem sistema de fábricas e robôs, substituindo seres humanos, geram desempregos.

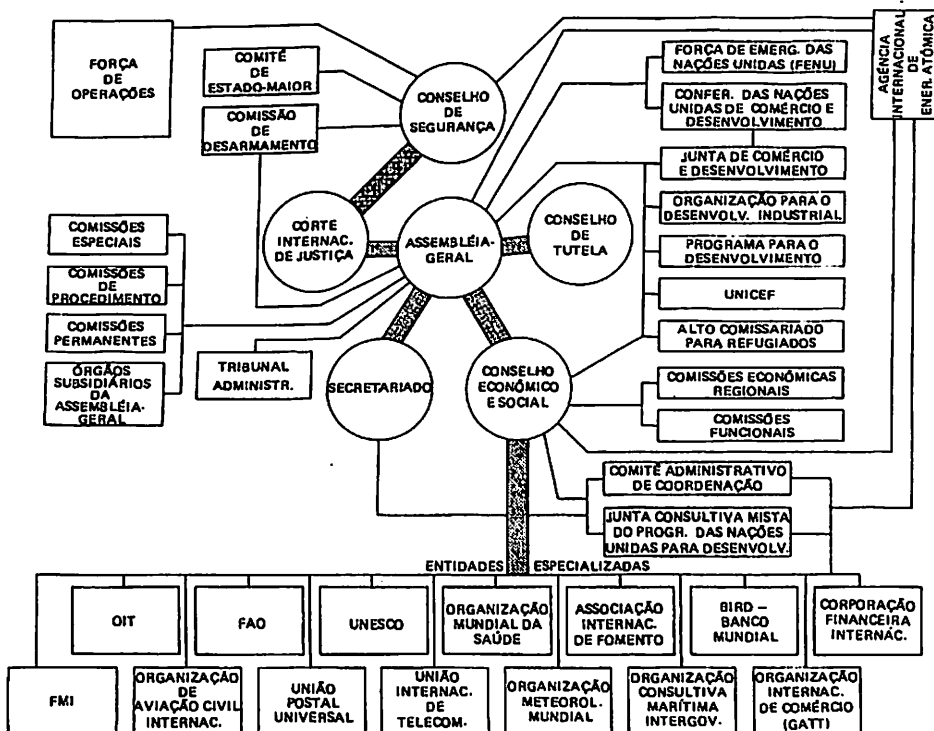
Embora seja o único Órgão onde os países podem discutir seus respectivos antagonismos, não conseguiu a ONU prevenir guerras, nem auxiliar o desenvolvimento de paí-

ses pobres. Inspirou uma dúvida a criação de leis internacionais, entre as quais os tratados de não proliferação nuclear, acordos sobre o uso dos oceanos, ignorados até mesmo por países signatários.

Foi até mesmo solapado o seu objetivo internacionalista, quando as potências, não sentindo o êxito em algum ponto de sua política externa, davam preferência à negociações bilaterais, ignorando a própria Carta da ONU. Mas, apesar de todos os entraves, é fato que será muito difícil a um mundo tão interdependente, com 3,3 bilhões de pessoas, se entender sem essa organização global.

Urge, pois, renovar e melhorar as capacidades de estrutura da ONU que, refletindo os idos de 1945, não vem demonstrando dinamismo, nem vem funcionando com justiça e equidade. □

### ANEXO 1





## ANEXO 2

### SECRETÁRIOS GERAIS DA ONU

Não são membros do Conselho de Segurança, mas encarregados de aplicar as resoluções deliberadas por ele. Estão sempre presentes às reuniões ou representados nelas.

NOME	NACIONALIDADE	TEMPO DE EXERCÍCIO
Trigve Halvdam Lie	Norueguês	1946-1952
Dag Hjalmar Agne Hammaraskjold*	Sueco	1953-1961
Sithu U Thant	Birmanês	1961-1971
Kurt Waldheim	Austriaco	1971-1981
Javier Perez de Kuelar	Peruano	1981-1991
Boutros Ghali	Egípcio	1991-

\* Reeleito em 1957, morreu em desastre de avião em 1961, quando recebeu o Prêmio Nobel.

## ANEXO 3

CONTINENTE	POPULAÇÃO (MILHÕES)		PORCENTAGEM (%)	
	1994	2005	1994	2005
América do Norte (sem o México)	291,2	332	5,1	3,9
América Latina	552,5	757	9,5	8,9
Europa	526	541	9,3	6,1
África	681,7	1,5 Bilhões	12,1	18,1
Ásia	3,268 Bilhões	4,9 Bilhões	58,1	57,8
Oceania (incluindo Austrália)	27,5	41,3	0,4	0,4
Antiga URSS	308,5	35,2	5,5	4,1

PAÍSES (mais populosos)	HABITANTES (1994)	PORCENTUAL DO TOTAL MUNDIAL (%)	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
China	1,2 bilhões	21,4	1,4
Índia	896 milhões	16,0	1,9
Estados Unidos	257,8 milhões	4,6	1,0
Indonésia	194,6 milhões	3,4	1,8
Brasil	156,6 milhões	2,8	1,6

CIDADES (mais populosas)	1990 (Milhões de Habitantes)	2000 (Milhões de Habitantes)
México	20,2	25,6
Tóquio	18,1	22,1
S. Paulo	17,4	19,0
Nova York	16,2	17,0
Shangai	13,4	16,8

Fonte: Informe sobre População do Fundo das Nações Unidas

## ANEXO 4

## OPERAÇÕES DA ONU

INÍCIO DA OPERAÇÃO	PAÍS	INÍCIO DA OPERAÇÃO
1948	Israel e Países Árabes	Supervisionar a partilha territorial e guerras na região. 220 militares.
1949	Índia e Paquistão	Impedir o reinício de hostilidades no Cachemir. 39 militares.
1964	Chipre	Manter zona tampão entre cipriotas turcos e gregos. 1.198 soldados, 12 observadores militares e 35 policiais.
1974	Colinas de Golan	Controlar a zona tampão entre Síria e Israel. 1.035 militares.
1978	Líbano	Garantir a retirada israelense do sul do Líbano e restaurador paz. 5.370 militares e 40 civis.
1991	Sahara Ocidental	Verificar o cessar-fogo entre o Marrocos e a Frente Polisário. 1.700 militares e 300 policiais.
1991	El Salvador	Supervisionar acordos de paz entre o Governo e a Frente Farabundo; monitorar a manutenção da ordem. 1.000 militares.
1991	Iraque/Kuwait	Supervisionar o cessar-fogo e controlar a zona desmilitarizada. 1.150 militares e 200 civis.
1991	Angola	Controlar a aplicação dos acordos de paz entre Governo e UNITA. 61 militares, 114 civis e 18 policiais.
1992	Bósnia	Tentar fazer valer a trégua. 34.000 militares e 2.500 civis.
1992	Somália	Tentar acalmar a luta de clãs. 20.000 militares.
1992	Moçambique	Vencida a etapa da guerra civil, acompanhar a reconstrução. 5.500 militares w 270 policiais.
1993	Ruanda/Burundi	Apartar briga e compensar carência entre clãs. 81 militares e 16 civis.
1993	Geórgia	Fazer respeitar o cessar-fogo entre o Governo e separatistas da Abkhasia. 55 militares.
1993	Libéria	Conciliar três grupos em guerra civil desde 1990.
1993	Haiti	Antecipar a ação militar dos Estados Unidos para reinstalação de Aristide. 700 militares e 567 policiais.

## BIBLIOGRAFIA

- Annuaire Géopolitique Mondial de la Revue*. Dirigée par Patrick Wajzman — Hachette. Paris, 1990.  
 CHAUMONT, Charles. *L'ONU* — Presses Universitaires de France. Paris, 1959.  
 DEFARGE, Philippe Moreau. *La Politic Internacionala*. Hachette Superieure. Paris, 1990.  
 ONU: Bodas de Ouro sem Brilho. *O Globo*, 22 de outubro de 1995.

